

Entendimento incompleto e racionalidade¹

“Reading ‘Individualism and the Mental’ again, I was struck by my insistent emphasis on the idea that one can have thoughts that one incompletely understands. This emphasis *had an autobiographical root*. A primary impetus for my discovering the thought experiments was recognizing how many words or concepts I went around using which I found, on pressing myself, that I did not fully understand. I came to realize that this was not just a personal weakness. It was part of the human condition, at least in complex societies. (grifos meus)”

TYLER BURGE

“Rationality cannot require one to do the impossible.”

TIMOTHY WILLIAMSON

Resumo

Neste artigo procuro compreender o sentido e importância da noção de “incomplete understanding” apresentada no artigo “Individualism and the Mental” de T. Burge e algumas consequências dessa noção para a formulação geral do argumento anti-individualista. Para tanto, examinarei duas modalidades de críticas à noção burge-

¹ Este artigo compõe um estudo *in progress* acerca da tese segundo a qual a racionalidade envolve autoconhecimento enquanto conhecimento do conteúdo dos próprios estados mentais intencionais. Com o presente estudo, faço uma primeira aproximação em torno das teses anti-individualistas sobre o tema, porém não me comprometo aqui com o problema do autoconhecimento. Um primeiro artigo sobre a noção de “transparência do conteúdo mental” foi publicado na revista *Kriterion* (Silva Filho, 2011) e um próximo estudo abordará diretamente “o argumento cético acerca do autoconhecimento” (onde será examinado um conjunto de argumentos de Burge que foram publicados em ensaios e artigos que não estão sendo discutidos no presente texto). Conversei sobre minha posição em relação a esse problema com César Schirmer e com o Prof. Tyler Burge. Este trabalho é realizado sob os auspícios de uma Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

* Professor do Depto. de Filosofia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

ana de “incomplete understanding”, uma radical e uma moderada. A crítica radical coloca uma alternativa: ou nosso entendimento de conceitos é incompleto (e o anti-individualismo é verdadeiro) ou somos indivíduos racionais e reflexivos (e o anti-individualismo é falso). A posição moderada não coloca em questão a verdade do anti-individualismo, mas afirma que o anti-individualismo ou externismo não precisa, necessariamente, apoiar-se na noção de entendimento incompleto, seja porque essa é uma noção “dispensável” seja porque nossa condição de indivíduos reflexivos e críticos impõe certos limites para o “incomplete understanding”. Em seguida, discutirei a noção de “incomplete understanding” à luz de argumentos apresentados por Burge acerca do limites e contingências das nossas capacidades cognitivas e da natureza normativa da nossa racionalidade. Por fim, defenderei que, do ponto de vista de uma concepção anti-individualista de racionalidade, uma das características da experiência comum das pessoas é que frequentemente, na vida cotidiana, conduzimos nossas atividades intelectuais sem nos apoiarmos em ideias claras e distintas ou sem nos apoiarmos em um entendimento não-incompleto.

Abstract

This paper sets out to comprehend the meaning and importance of the notion of “incomplete understanding”, as presented in the article “Individualism and the Mental” by T. Burge, and certain consequences of this notion to the general formulation of the anti-individualist argument. In order to do this, I will examine two kinds of criticism of Burge’s notion of incomplete understanding, one radical and another more moderate. The radical critique poses an alternative: either our understanding of concepts is incomplete (and anti-individualism is true) or individuals are rational and reflective (and anti-individualism is false). The moderate position does not question the truth of anti-individualism, but states that anti-individualism, or externalism, need not necessarily rely on the notion of incomplete understanding, as it is an expendable notion, since our condition as reflective and critical individuals imposes certain limits on incomplete understanding. Following this, I intend to discuss the notion of incomplete understanding in the light of Burge’s arguments concerning both the limits and contingencies of the cognitive and normative nature of our rationality. Finally, I aim to argue that, from the point of view of an anti-individualist conception of rationality, one of the characteristics of common experience is that people in everyday life frequently engage in intellectual activities without clear and distinct ideas and with incomplete understanding.

I. O Problema

I. Quase sempre se considera que uma pessoa é um agente racional não apenas porque ela tem pensamentos e crenças e porque esses pensamentos e crenças podem influenciar ou explicar suas ações, mas principalmente porque essa pessoa *pode entender*, avaliar e ponderar, crítica e reflexivamente, seus próprios pensamentos e crenças e orientar suas decisões e ações à luz desse *entendimento*.

Uma ampla tradição afirma que a ausência de um conhecimento daquilo que pensamos, acreditamos, desejamos etc. afeta a racionalidade; esse *desconhecimento* daquilo que pensamos, acreditamos, desejamos etc. é simplesmente indesculpável. Descartes (2007, pp. 8-9) escreve que “[d]eve-se observar, ademais, que as experiências que versam sobre as coisas são amiúde enganosas”, ou seja, nossos desconhecimento eventual delas é *desculpável*. Se sou ignorante sobre um fato externo, nenhuma reflexão *a priori* poderá ajudar e meu erro não pode ser atribuído à minha negligência (cf. Sorensen, 1998, p. 321; Faria, 2009, *passim*) ou à minha capacidade como sujeito racional e reflexivo. Logo em seguida, Descartes continua: “... ao passo que a dedução, ou a operação pura pela qual se infere uma coisa de outra (...) jamais pode ser mal feita pelo entendimento, mesmo o menos razoável”, ou seja, o erro aqui é *indesculpável*.

Seguindo um raciocínio similar, alguns filósofos sugerem que os argumentos apresentados por Tyler Burge para justificar o anti-individualismo, ao se apoiar na suposição de que as pessoas têm um *entendimento* ou *domínio incompleto* dos conceitos que compõe seus próprios pensamentos e crenças, estão em conflito com essa imagem amplamente compartilhada acerca da racionalidade. De fato, para Burge, a ideia de um “*incomplete understanding*” de conceitos, termos e noções é fundamental para o argumento do anti-individualismo. Em “Individualism and the Mental” (a partir daqui usarei IM) de 1979, Burge escreve:

Our argument (...) may, at a minimum, be seen as inveighing against a long-standing philosophical habit of denying that it is an oversimplification to make ‘full understanding’ of a content a necessary condition for having a propositional attitude with that content. (...) Misunderstanding and partial understanding are pervasive and inevitable phenomena, and attributions of content despite them are an integral part of common practice. (IM, p. 132)

Para Burge, a principal característica do experimento mental da artrite e dos exemplos que ele apresentou naquele artigo de 1979 foi demonstrar que *nós atribuímos crenças e pensamentos às pessoas mesmo quando elas compreendem incompletamente os conteúdos dessas mesmas crenças e pensamentos* (cf. IM, p. 147).

Neste artigo procuro compreender o sentido e importância da noção de entendimento incompleto (a partir daqui apenas EI) na formulação geral do anti-individualismo. Para tanto, serão expostas algumas críticas a essa noção, os argumentos apresentados por Burge acerca do entendimento dos conteúdos dos próprios estados mentais e sua relação com a racionalidade. Por fim, defenderei que, segundo uma perspectiva anti-individualista, uma das características a experiência comum das pessoas é que frequentemente (talvez sempre) conduzimos nossas vidas *sem nos apoiarmos em ideias claras e distintas* ou *sem nos apoiarmos em um entedimento não-incompleto*.

II. A noção de Entendimento Incompleto

2. O argumento central de “Individual and the Mental” gira em torno de um experimento mental no estilo das Terras Gêmeas apresentado em três passos.

a) devemos imaginar um sujeito S, de modo geral competente na sua língua (neste caso, o inglês), racional e inteligente, que tem um grande número de crenças que lhe são normalmente atribuídas por meio de frases de conteúdo onde aparece a palavra “artrite” em ocorrência oblíqua do tipo S acredita que *p*. Esse sujeito acredita corretamente, por exemplo, que “a artrite nos meus pulsos e dedos é mais dolorosa que a artrite nos meus tornozelos”, “o enrijecimento das articulações é um sintoma de artrite”. Porém S *também* acredita, mas acredita equivocadamente, que desenvolveu artrite na coxa. S, então, descobre que sua crença é falsa quando seu médico lhe fala que artrite é especificamente uma inflamação nas articulações e que *qualquer* dicionário iria lhe dizer o mesmo – “O paciente fica surpreso, mas desiste da opinião, e então pergunta o que pode estar errado com sua coxa” (IM, p. 105);

b) devemos imaginar uma situação contrafactual onde um sujeito S tem, desde o nascimento até o relato ao médico, a mesma história de eventos físicos da situação original (descrita no primeiro passo acima), a mesma história fisiológica, as mesmas doenças, as mesmas

ocorrências físicas internas. O mesmo se aplica à sua relação com expressões lingüísticas para explicar como ele adquiriu a palavra “artrite”. A diferença, porém, está no fato de que na situação contrafactual, pois agora médicos, lexicógrafos e leigos bem-informados usam “artrite” não apenas para artrite, mas para várias outras moléstias reumatóides, incluindo o *uso desviante* feito por S. Assim, a palavra “artrite” na situação contrafactual difere na definição do dicionário e na extensão em relação à situação original;

c) na situação contrafactual, S não tem as crenças que são normalmente atribuídas por meio de frases de conteúdo onde aparece “artrite”. Assim, S não pensa nem acredita que tenha artrite na coxa, que tenha artrite há anos e assim por diante. Ou seja, não podemos atribuir corretamente nenhuma frase de conteúdo que contenha uma ocorrência oblíqua do termo “artrite” da situação original já que na situação contrafactual, a palavra “artrite”, de fato, não significa *artrite* – ou seja, os conteúdos das crenças na situação diferem dos seus conteúdos da situação original.

A correta descrição das atitudes do paciente na situação contrafactual envolve a presença de uma palavra que é extensionalmente diferente do significado da palavra “artrite”. Sendo assim, os conteúdos da atitude do paciente na situação contrafactual diferem dos conteúdos na situação real. A conclusão que Burge extrai desse experimento é que os conteúdos mentais de S diferem, enquanto sua história física e sua história mental não-intencional, tomadas isoladamente de seus contextos sociolingüísticos, permanecem idênticas: a diferença está “fora” (“*outside*”) de S e devem ser atribuídas a diferenças em seu entorno social e lingüístico. As diferenças sociais, segundo Burge, entre a situação real e a situação contrafactual, afetam necessariamente o conteúdo dos pensamentos e atitudes do sujeito. Donde a afirmação de que “[*n*] *nenhum fenômeno mental intencional do homem é insular*. Todo homem é uma parte do continente social...” [grifos meus] (IM, p. 116). Quando S pronuncia sinceramente a frase “Eu tenho artrite na minha coxa” ele está expressando sua crença, seu estado mental subjetivo; se ele se encontra na situação real, esta frase é falsa, mas se se encontra na situação contrafactual, é verdadeira.

3. Para Burge (1992, p. 454), essa é uma *nova* forma para *velhas* questões: “os argumentos anti-individualistas são novos. Mas o contorno geral da conclusão a que eles levam, não.” E os problemas despertados por esse argumento também não são novos: a considerar a impressionante fortuna crítica que esse artigo inspirou, temas tão antigos quanto a própria filosofia como questões sobre ceticismo, conhecimento *a priori*, personalidade, o ponto de vista do sujeito, a natureza do significado, o problema mente-corpo foram profundamente afetados.

O ponto que quero chegar, entretanto, é ainda um pouco mais elementar e não se dirige à formulação completa do anti-individualismo² nem se dirige diretamente ao problema do compatibilismo/incompatibilismo entre anti-individualismo e autoconhecimento³. Na seção *Ilc.* de “Individual and the Mental”, Burge escreve que “*the thought experiment does appear to depend on the possibility of someone’s having a propositional attitude despite an incomplete mastery of some notion in its content.* [grifos meus] (IM, p. 111).

A noção de EI e as suas variações (Burge fala de “*misunderstanding*”, “*misconception*”, “*conceptual or linguistic error*”, “*linguistic misinformation*”, “*incomplete mastery*”, “*partial understanding*”, “*misconstrued expressions*”, “*misapplying terms*”) parecem ocupar um papel central no argumento anti-individualista de IM.

III. Críticas à noção de Entendimento Incompleto

4. Na minha opinião, existem duas modalidades de críticas à noção burgeana de entendimento incompleto, uma radical e uma moderada. A crítica radical coloca uma alternativa: ou nosso entendimento de conceitos é incompleto (e o anti-individualismo é verdadeiro) ou somos indivíduos racionais e reflexivos (e o anti-individualismo é falso). A posição moderada não coloca em questão a verdade do anti-individualismo, mas afirma que o anti-individualismo ou externismo não precisa, necessariamente, apoiar-se na noção de entendimento incompleto, seja porque essa é uma noção “dispensável” seja

2 Por “formulação completa do anti-individualismo” estou considerando os argumentos de Burge sobre a natureza da percepção do mundo físico, da representação e da objetividade (cf. Burge, 2010).

3 Como afirmei na nota número 1, não tratarei aqui do tema do autoconhecimento. Em Silva Filho (2010) há uma revisão sobre a ampla e rica literatura atual sobre o tema.

porque nossa condição de indivíduos reflexivos e críticos impõe certos limites para o entendimento incompleto.

Mas por que o entendimento incompleto pode afetar a racionalidade?

Antes de responder esta pergunta, deixo claro que aqui estou considerando *entendimento* num sentido básico e intuitivo, enquanto uma capacidade cognitiva do indivíduo *entender o conteúdo conceitual das palavras e noções envolvidas nos seus pensamentos e crenças*. Nesse sentido, entender uma palavra, conceito ou noções quer dizer entender o significado dessa palavra ou conteúdo semântico do pensamento, conceito ou noção e, do mesmo modo, ter um domínio das condições e circunstâncias adequadas para uso dessa palavra, conceito e noção⁴.

Ora, o EI afetaria a racionalidade do sujeito do seguinte modo: se considerarmos uma proposição num contexto oblíquo, por exemplo, Eu *acredito* que p , onde p é uma proposição qualquer, devemos pressupor que o indivíduo que pronuncia essa frase deve entender o conteúdo dos termos que compõem p . Se a proposição em questão é, por exemplo, “Estudar exige concentração” ou “Água sacia a sede”, o indivíduo deve entender o conteúdo de “estudar”, “concentração”, “água”, “sede” e assim por diante. A ausência do entendimento do conteúdo afetaria a racionalidade exatamente porque se o indivíduo não entende o conteúdo de conceitos e palavras ele não poderia expressar seus *reais* estados mentais com essas palavras e conceitos.

Para seguir adiante, devemos considerar cinco suposições: A) enunciados oblíquos (como Eu *acredito* que p) têm a função de relevar a perspectiva do sujeito, o estado mental do sujeito em relação a alguma coisa que p significa; B) a ideia de um domínio ou entendimento do conceito quase sempre é compreendida como um domínio ou entendimento *não-equivocado*, *não-errado*, *não-incompleto*; C) o indivíduo que domina um conceito está apto para usá-lo em pensamentos e raciocínios; D) o que foi dito em “a”, “b” e “c” deixa implícito que o indivíduo que não domina de modo *não-incompleto* não tem tal habilidade para usar corretamente os conceitos em pensamentos e raciocínios e E) a pessoa S que não tem um entendimento *não-equivocado*, *não-errado*, *não-incompleto* pode não saber o que significa os termos que compõem seus pensamentos e crenças e, conseqüentemente, pode não saber o que pensa e acredita.

4 Não tratei aqui da diferença (se é que há tal diferença) entre entendimento do conteúdo de conceitos e o entendimento do significado de palavras porque, a rigor, ela não é importante para a argumentação de Burge.

É no sentido da cadeia que vai de A-E que *entendimento incompleto* afetaria a racionalidade⁵.

5. Esquemáticamente, a crítica forte à noção de entendimento incompleto pode ser expressa do seguinte modo:

(1) Uma pessoa é um agente racional (tem pensamentos críticos, reflexivos, e pode avaliar suas razões) se *entende de modo não-incompleto* o significado dos termos que compõem suas atitudes proposicionais e se *entende de modo não-incompleto* o conteúdo dos conceitos que integram seus pensamentos e crenças.

(2) O anti-individualismo se apóia não apenas no princípio de que o conteúdo dos pensamentos e crenças de uma pessoa é individualizado – ao menos em parte – por fatores externos, notadamente sociolinguísticos, mas também que a pessoa tem um *entendimento incompleto* dos conceitos que integram seus pensamentos e crenças, podendo incorrer em erros conceituais, desinformação linguística, uso equivocado de conceitos etc. e que pode acreditar naquilo que não entende, pode pensar com conceitos que não domina, pode pensar que tem um pensamento quando, na verdade, tem um pensamento diferente e não pode avaliar isso, ou seja, pode ter estados *irracionais*.

(3) Logo, se aceitamos o anti-individualismo, devemos também aceitar que uma pessoa aparentemente racional – pois tem pensamentos e crenças, expressa tais pensamentos e crenças como razões de suas ações etc. – , na verdade *não é racional*.⁶

5 Algumas críticas ao anti-individualismo e, conseqüentemente, ao EI, procuram demonstrar que o argumento geral do anti-individualismo leva a um *ceticismo acerca do significado*. Em torno desse tema há uma vastíssima literatura (cf. Boghossian, 1989; Brueckner, 1990, 1994, 2000; Elugardo, 1993; Gibbons, 1996; Butler, 1997; Goldberg, 1999, 2003a, 2003b; Larkin, 2002). Examinando esta literatura e o argumento do ceticismo acerca do conhecimento do significado/contéudo no ensaio *in progress* “O argumento cético acerca do autoconhecimento”.

6 Na minha opinião, a mais interessante crítica radical ao EI está em sa Wikforss (2001, 2004, 2006, 2008a, 2008b).

Três outras críticas podem nos ajudar a compreender melhor as dificuldades dos argumentos de Burge. Donald Davidson (1987) expressou em várias passagens que seu externismo, baseado na teoria da “interpretação radical” e na ideia de “triangulação” guardava importantes diferenças em relação ao anti-individualismo ou externismo social de Burge. Mesmo estando em acordo em relação ao externismo perceptivo, Davidson (1990, pp. 198-200) considerou, entre outras coisas, que o anti-individualismo estaria equivocado ao basear o entendimento e interpretação da fala e dos pensamentos de um falante em termos daquilo que outras pessoas poderiam significar com aquelas mesmas palavras ou à luz de um padrão “normal” de uma comunidade linguística. Para ele, nós entendemos melhor um falante quando o interpretamos do modo como ele mesmo deseja ser interpretado (Davidson, 1973). Esse procedimento ofereceria um quadro mais compreensivo e explicativo das suas ações do que a suposição anti-individualista de que o falante significa ou pensa o que outra pessoa poderia significar ou pensar. Além disso, Davidson também expressou profunda desconfiança em relação a “experimentos de pensamento” que pretendem revelar o que poderíamos dizer, mas em condições excepcionais – e sua versão do externismo dependeria daquilo que pensa ser “nossa prática efetiva”.

Em “Knowing One’s Own Mind”, de 1987, Davidson procurou demonstrar que a premissa segundo a qual o entendimento parcial ou incompleto pode ser suficiente para a posse de um conceito é contrário às práticas ordinárias quando as pessoas procuram dar explicações psicológicas. Para ele, se Burge está certo, quando um indivíduo está errado, confuso ou parcialmente mal informado acerca do significado de uma palavra ou noção, ele também estaria errado, confuso ou parcialmente mal informado acerca das suas crenças expressas com o uso dessa palavra. Por isso, Davidson afirma que “... [e] estou convencido que se o que dizemos e pensamos é determinado pelos hábitos linguísticos das pessoas ao nosso redor, tal como acredita Burge, então a autoridade da primeira pessoa está seriamente comprometida” (Davidson, 1987, p. 26-7). Uma vez que este entendimento parcial seria algo normal nas nossas práticas cotidianas, também seria igualmente normal estarmos errados acerca daquilo em que acreditamos, desejamos, pensamos e assim por diante (cf. Nordby, 2005, pp. 88-94). Podemos classificar essa crítica da Davidson na modalidade de “crítica radical”.

Uma das críticas moderadas está em Sarah Sawyer (2003, pp. 265-273). Ela escreve que a despeito das noções de entendimento incompleto e de erro conceitual terem uma certa importância no argumento de “Individualism and the Mental”, essas noções realmente não são centrais para o anti-individa-

lismo: “O externismo social [ou anti-individualismo] não necessita se apoiar, como tipicamente se pensa, na possibilidade do entendimento linguístico ou erro conceitual.” (Sawyer, 2003, p. 266). Para ela, as passagens onde Burge faz uma explícita referência às noções de entendimento incompleto e de erro conceitual não dizem respeito ao anti-individualismo *per se*, mas apenas concerne a um particular tipo de experimento mental.

O ponto central do anti-individualismo residiria na alegação de que o *referente* (aquilo que é o objeto da palavra, do conceito) desempenha um papel no individuação dos conteúdos das palavras e conceitos. Ou seja, conceitos são individuados no seu conteúdo parcialmente em virtude dos seus referentes e não pelo que o indivíduo pensa ser verdadeiro acerca do referente. Os vários experimentos mentais – e não só o da artrite – foram concebidos tendo em vista esta condição das atribuições de estado psicológico na prática nor. Outra crítica moderada encontramos em Jessica Brown. Ela, por outro lado, parte do princípio de que faz parte da nossa *autoconcepção* supor que somos bons críticos de nossos próprios pensamentos e o auto-exame refletivo das atitudes e decisões é um método confiável para “aumentar racionalidade e coerência” (Brown, 2001, p. 272). Por isso, devemos supor que o entendimento incompleto deve, no mínimo, ter limites, já que essa nossa concepção da nossa própria capacidade de avaliar reflexivamente nossos pensamentos estabelece limites para a extensão do entendimento incompleto (Brown, 2001, p. 660).

Se essa autoconcepção está certa, então segue-se que cada indivíduo deve ter um alto nível de entendimento da maioria dos conceitos que figuram nos seus pensamentos. O limite imposto ao entendimento incompleto é “global” e não “local”: é um limite colocado ao conjunto global de entendimentos que um indivíduo tem dos conceitos que compõem seus pensamentos e crenças, mas esse limite deixa aberta a possibilidade de que o indivíduo possa entender de modo parcial, aqui e acolá, um ou outro conceito (Brown, 2001, 260). Porém, de qualquer modo, a habilidade do indivíduo para realizar raciocínios reflexivos e críticos *depende* do seu *nível de entendimento dos conceitos*. E se esse indivíduo entender incompletamente a maioria dos seus conceitos ele acaba comprometendo seriamente sua capacidade como um sujeito crítico.

IV. Entendimento e Racionalidade

6. Alguns artigos de Burge sobre Frege⁷ (1984, 1990, 2005) e artigos como “Other Bodies” (1982) e “Intellectual Norms and Foundations of Mind”⁸ (1986) oferecem um cenário mais compreensivo para a entendermos esse problema, descrevendo certas limitações da condição epistêmica humana que não podem ser superadas sem a consulta ao fatos empíricos e a outras pessoas.

Como assinalei no início da seção II deste artigo, algo que é importante destacar é que a noção de entendimento em torno do qual se desenrola todo o problema se refere a um tipo de domínio ou competência de um indivíduo em relação a *conceitos* e não simplesmente domínio e competência em relação à ampla categoria de “palavras” em geral. E isto faz toda a diferença, pois *conceitos*, neste sentido, são palavras que figuram em frases que têm um papel explicativo em relação às nossas crenças e pensamentos. As frases que têm esse papel explicativo são como “princípios”, razão pela qual Burge (2007c, p. 163) fala igualmente de “*explanational principle*”, “*conceptual understanding*”, “*explanational understanding*”, “*explanational belief*”. Exemplos dessas frases são: “Átomos são partículas indivisíveis”, “Contratos podem ser tanto orais quanto escritos”, “Água é composta de H₂O” e, é claro, “Artrite ocorre somente nas articulações”. Essas proposições-princípios referem-se tanto à

7 Mesmo considerando o inegável “idealismo” de Frege em relação ao “sentido” e “conceito”, em “Frege on Extension of Concepts, from 1884 to 1903” de 1984, Burge afirma que as reflexões titubeantes de Frege sobre “conceito” e “extensão do conceito” já sugerem a compreensão ou domínio de um conceito, em virtude da própria condição cognitiva humana não é completa (cf. 1984, pp. 276 e 278). Independente de aceitarmos, com Frege, a possibilidade do entendimento de um conceito ou, se quisermos, um entendimento não-incompleto de um conceito, entre, por exemplo, especialistas numa área científica como a Matemática, o próprio Frege também aceitaria que esse entendimento não pode ser adquirido por meio da simples reflexão, mas através de *algum esforço*, pesquisa, deferência aos outros (cf. 2005, pp. 62-3). Um trabalho, ademais, constitutivamente *falível*, pois dependente de elementos empíricos, sejam causais (no caso em que envolvem aspectos perceptivos), sejam sociais, como a convivência entre cientistas (no caso da Matemática).

8 “Intellectual Norms and Foundations of Mind” (a partir daqui somente INFM) não chega a oferecer um argumento complementar a “Individualism and the Mental” e à noção de EI. De fato, enquanto “Individualism and the Mental” e “Other Bodies” atribuem certa compreensão lingüística incompleta ou ignorância de conhecimentos especializados aos protagonistas dos experimentos, o protagonista do experimento de INFM é um sujeito sofisticado que não padece de ignorância. (INFM, p. 264); o que, por sua vez, serve de mote para discutir a natureza e a fonte da autoridade das normas que governam a atividade intelectual e a relação que essas normas têm na própria constituição do mental (INFM, p. 255). O aspecto mais geral é que nossas capacidades intelectuais são precárias e suas realizações, falíveis: alguns pensamentos verdadeiros podem ser colocados em dúvida. Num nível mais específico, algumas verdades que têm um papel no estabelecimento do significado de um termo ou conceito que usamos para explicações ou definições empíricas podem, do mesmo modo, ser postas em dúvida (INFM, pp. 255 e 256).

natureza da coisa quanto à natureza do conceito e constriem o que podemos pensar, acreditar, dizer.

Para Burge (1979, 1984, 2005, 2007a, 2007c) certos projetos intelectuais racionalistas, como a tradição que vai de Descartes a Kant e o movimento do positivismo lógico, concebem a idéia de um “fuller understanding” de nossos conceitos e identificam a capacidade de ter acesso aos conceitos à *reflexão* (1990, pp. 261-3; 2007a, 165) instanciada na psicologia do indivíduo (Descartes, Kant etc) ou na pura dedução (positivismo lógico). Um sujeito racional seria aquele usuário competente, seja do seu idioma seja do vocabulário especializado, capaz de refletir sem o concurso de dados empíricos ou do testemunho do outro etc. acerca das crenças fundamentais que tratam não de objetos diretamente (*de re*), mas que definem, organizam, gramaticalizam os objetos; crenças que ajudam a explicar ou definir a aplicação que o indivíduo pode fazer dos conceitos; crenças, por fim, que permitem uma compreensão conceitual conscientemente explícita que tornam as idéias claras e distintas” (Burge, 2007a, p.167).

Muitos filósofos admitirão prontamente que atribuir humanidade e racionalidade a uma pessoa significa reconhecer que ela tem esse tipo de capacidade cognitiva especial.

V. Reconsiderando o Entendimento Incompleto

7. Consideremos quatro pontos do argumento do anti-individualismo que se apóiam no EI.

Em primeiro lugar, o argumento geral do anti-individualismo aborda um aspecto específico dos nossos discursos, a saber, as ocorrências oblíquas do vocabulário mentalista e considera, como pressuposto básico, que tal discurso mentalista serve para caracterizar a perspectiva epistêmica de uma pessoa, os estados e conteúdos mentais de uma pessoa (IM, p. 103-4). Ademais, o argumento geral de IM procura situar essa discussão no contexto da prática linguística comum (*common practice*) que, a rigor, não obedece a um único padrão. Frases do tipo S acredita que *p* ou que S deseja *p* têm a forma lógica de uma relação entre uma pessoa e algo indicado pela expressão nominal que aparece depois do verbo atitudinal (cf. Burge, 1980, p. 53) e, desse modo, têm a função de identificar o estado mental da pessoa e seu respectivo conteúdo: o conteúdo da crença de S é *p*, assim como o conteúdo do desejo de S é *p*. Nesse sentido, devemos considerar que a nossa capacidade de identificar

corretamente o estado mental de *S* *depende* da nossa suposição de que *S* tem alguma competência linguística tanto em relação ao uso de termos psicológicos (Eu acredito, desejo, penso, temo e assim por diante) quanto em relação a expressões nominais que acompanham normalmente o uso de termos psicológicos (... que a água sacia a sede, que estudar exige concentração, que a artrite se agrava com a idade e assim por diante).

Em segundo lugar, do que foi dito acima não se segue que o domínio que *S* tem dos termos que compõem as expressões nominais, *p*, não seja incompleto e, conseqüentemente, passível a erros e enganos. Burge escreve:

Crudely put, wherever the subject has attained a certain competence in large relevant parts of his language and has (implicitly) assumed a certain general commitment or responsibility to the communal conventions governing the language's symbols, the expressions the subject uses take on a certain inertia in determining attributions of mental content to him. In particular, the expressions the subject uses sometimes provide the content of his mental states or events even though he only partially understands, or even misunderstands, some of them. (IM, p. 147)

Dizer que as expressões que uma pessoa usa adquirem certa inércia na determinação de conteúdo de suas atribuições mentais significa que o *conteúdo* da crença de uma pessoa não é *fixado* por aquilo que acontece no mundo mental dessa pessoa considerada isoladamente e a que essa pessoa teria um acesso infalível por meio da introspecção e da reflexão. Para o anti-individualismo, muitas vezes, os conteúdos da crença e do pensamento são simplesmente “inacessíveis” à introspecção, pois precisamos, para esclarecer o significado, recorrer a fontes empíricas, deferir aos outros etc. Uma atribuição mentalista não pressupõe de modo necessário que a pessoa tenha dominado completamente o conteúdo de seu pensamento (IM, pp. 134-5). Nesse sentido, a *competência lingüística* da pessoa, o tipo de adesão dessa pessoa aos padrões linguísticos comunitários e a normas, assim como eventos empíricos que podem escapar à inteligência do sujeito, a emergência de novas informações, tudo isso, afeta profundamente a questão.

Em terceiro lugar, mesmo que observemos objeções como aquelas que afirmam que na situação contrafactual o paciente, de fato, *não* acreditava ou pensava que a artrite poderia ocorrer na sua coxa (cf. IM, p. 118), que o conteúdo mental do paciente é apenas um conteúdo *indefinido* (cf. IM, p. 122), que o sujeito estaria usando uma noção que substitui os conteúdos que são

aparentemente falsos por conteúdos verdadeiros (cf. IM, p. 122) ou que o falante poderia ter a intenção de dizer algo diferente do que nós queremos dizer (cf. IM, p. 130), tudo isso porque ele entendeu incorretamente a palavra, *não afeta seriamente o argumento*:

It does not follow from the assumption that a person has in mind something that a word does not denote or express that the word cannot occur obliquely (and be interpreted literally) in that-clauses that provide some of his mental contents. (IM, p. 130)

Para Burge, se uma pessoa pensa que uma palavra significa algo que ela não significa ou ainda que ela usa de modo equivocado essa palavra *não* significa que devemos *necessariamente* concluir que não podemos usar essa mesma palavra na descrição de seus conteúdos mentais, pois nada disso nega que o sujeito *pode* acreditar que ele tem artrite na coxa. Num outro texto, “Content Preservation”, Burge (1993, p. 467) argumenta que uma pessoa tem o direito legítimo de aceitar como verdadeiro algo que lhe é apresentado como verdadeiro e que é inteligível para ela, a menos que haja razões mais fortes para não fazer assim.

É claro que também é possível alegar que o paciente tem, na verdade, uma atitude *de re* que é verdadeira, mas que, entretantes, fora caracterizada de modo equivocado pela palavra “artrite” (cf. IM, p. 121) ou que o erro do sujeito poderia ser, ao final, apenas um erro metalingüístico (cf. IM, p. 122); mas isso, do mesmo modo, não afeta o experimento mental, desde que ambos os conteúdos, na situação real e na contrafactual, sejam *igualmente atribuíveis* na descrição da atitude do paciente. Mesmo que possamos atribuir igualmente conteúdos metalingüísticos e ao nível do objeto a S, ainda assim o que vale para o argumento é que permanece plausível que as atitudes da pessoa sejam diferentes entre a situação real e a situação contrafactual (IM, p. 128).

Em quarto lugar, a objeção no estilo davidsoniano que adota o “princípio de caridade” e nos obriga a concluir que não podemos atribuir crenças irracionais às pessoas (IM, p. 129) não considera algo trivial na prática comum:

There is nothing irrational or stupid about the linguistic or conceptual errors we attribute to our subjects. The errors are perfectly understandable as results of linguistic misinformation. [grifos meus] (IM, p. 129).

A tese envolvida na noção de EI não é que nossa prática comum da linguagem *sempre* é afetada por uma compreensão ou entendimento equivocado dos significados das palavras – que S *sempre* está enganado ou que *em todos*

os casos ele não domina o significado das palavras que usa para se expressar. Frequentemente temos um entendimento correto das palavras: tanto *atitudes proposicionais marcadas pela compreensão incompleta* quanto aquelas que não o são, dependem, quanto ao seu conteúdo, de relações com o entorno social e lingüístico que são independentes do indivíduo (IM, p. 113).

Além disso, os usuários competentes de uma língua tipicamente conhecem e concordam acerca de *como confirmar* ou *como suspeitar e desconfirmar* suas crenças tanto nas situações onde o que está em jogo é um acerto ou um erro empírico (S acredita que está chovendo, abre a janela e confirma ou revê sua crença) quanto naquelas situações em que suas crenças estão envolvidas com questões definicionais ou de entendimento (S acredita que sua artrite avança para sua coxa e tem uma conversa com seu médico onde expressa essa crença) (IM, p. 122). Ademais, conceitos são compartilhados entre indivíduos, entre esses indivíduos não temos razões para não imaginar que alguns entendem o conceito melhor do que outros (cf. Burge, 2007a, p.164).

VI. Sem ideias claras e distintas

8. O ponto comum que integra tanto a crítica radical quanto as críticas moderadas ao EI é a suposição de que a racionalidade depende *necessariamente* de um entendimento não-incompleto de conceitos e termos que figuram nas nossas crenças e pensamentos, considerando entendimento não-incompleto como um *conhecimento o conteúdo das crenças e pensamentos etc.*

Ora, as “epistemic lessons” (Burge, 2007c, p. 163) que os experimentos mentais apresentados em IM sugerem que o entendimento conceitual e lingüístico⁹ – no escritório, na rua, na sala de aula, no laboratório – comumente *não se* apóia do domínio estável de princípios auto-evidentes que governam o uso de conceitos e palavras. Na experiência comum, pode-se perfeitamente dominar um conceito o suficiente para pensar com ele sem que, para isso, seja-nos requerido o entendimento de *princípios constitutivos que governam seus usos*. E a razão para isso não é apenas a fragilidade da razão humana, mas porque, realmente, os princípios aos quais podemos recorrer são, também eles, sensíveis ao mundo empírico, da natureza, da presença do testemunho do outro etc. Por isso, não é razoável exigir, através da pura razão, que tenha-

9 Ver nota 4.

mos uma ideia clara e distinta sobre a natureza daquilo que o nosso intelecto se interessa, investiga, discursa, pensa, acredita.

Se observarmos com atenção *como aprendemos, como falamos, como nos comunicamos, como pensamos* vamos nos dar conta de que muitas vezes nós *contrariamos* a expectativa de clareza e distinção, de entendimento completo. Mas talvez isso não afete nossa racionalidade. Talvez, ainda, para que tenhamos um raciocínio crítico (avaliando, checando, ponderando, criticando as próprias razões) não precisemos dispor necessariamente de todos os recursos para detectar as condições epistêmicas dos nossos pensamentos e crenças ou que tenhamos uma capacidade teórica especial nem precisemos possuir um poder suplementar de explicar tudo aquilo que poderia estar envolvido nas nossas crenças.

Num sentido perfeitamente intuitivo, posso ter pensamentos e crenças sobre a vida dos primeiros colonizadores portugueses no Brasil ou sobre a vida das mulheres no Afeganistão dos talibãs ou sobre as pesquisas com células tronco ou sobre a maioria penal ou sobre o aquecimento global e se eu for perguntado sobre a definição precisa dos termos e conceitos que uso nesses pensamentos e crenças, *ter* alguma dificuldade, reconhecer que uso algumas palavras de modo impreciso, me dar conta de que não disponho de uma teoria clara – um historiador, um antropólogo, um biólogo ou um jurista poderiam fazê-lo melhor. E eu sei disso (todos nós sabemos disso).

Mas, eu posso garantir que eu estava pensando e acreditando nessas coisas, mesmo sem entender completamente cada um dos termos porque muitas vezes a fonte do nosso direito epistêmico, da nossa justificação, não é que sabemos *muito* ou sabemos tudo sobre cada pensamento que sabemos ter; não é porque podemos explicar a sua natureza e suas condições de verdade. Eu *posso* pensar e acreditar sobre essas coisas porque, por exemplo, defiro a outros a autoridade que me falta para explicar o significado das palavras e outros termos em que me expresso.

E posso deferir a outros a autoridade que me falta porque compartilhamos a mesma linguagem, que entendo e em que me faço entender, ainda que compreenda muito imperfeitamente o significado das palavras que emprego. 'Água', 'ouro', 'tigre', 'artrite', 'contrato': sobre todas essas palavras, e afinal sobre qualquer palavra, posso saber o bastante para empregá-las corretamente em uma variedade de circunstâncias... (Faria, 2010, p. 31)

Mas também é possível, para cada uma delas, igualmente imaginarmos uma situação na qual possamos nos enganar (cf. Faria, 2010, p. 31). Nosso modo

comum de acreditar e pensar tem um misto de objetividade (pois pretendemos o conhecimento do mundo) e de vagueza. Isso não é um defeito nem é uma virtude, é uma condição (cf. Faria, 2010, *passim*). Nós não somos oniscientes e tudo aquilo que sabemos tem a participação irrecusável do mundo e das outras pessoas.

9. Sempre que uma pessoa adquire a capacidade de falar com alguma competência ele também passa a dominar vastas e relevantes porções do mundo e a ter certa autoridade sobre certas convenções sociais, o que o torna responsável pelo que diz, pensa e acredita.

Anti-individualism indicates that the conditions that determine what concepts one has are not fully determined by definitions that the individual has mastered, or by any other set of conditions immediately available to the individual's reflection. Conceptual abilities are not in general, or even often, made what they are mastery of explicational principles. They are determined partly by perception and dispositions that we may not have fully conceptualized or understood. They are determined by relations to a wider order, the objective subject matter, about which our knowledge and understanding may be quite limited. The thought experiments awake us to the limits of our conceptual mastery. (Burge, 2007c, p. 174)

As expressões que uma pessoa usa fornecem o conteúdo de seus estados mentais, mesmo que ela apenas parcialmente compreenda, ou mesmo compreenda erroneamente, algumas delas. Isto tudo poderia estar em acordo com uma concepção modesta, falibilista e comum de racionalidade e de pessoa. Isso porque somos criaturas sociais, contingentes, limitadas, falíveis e recebemos a principal e mais importante parte dos nossos conhecimentos simplesmente daquilo que os outros nos dizem.

A racionalidade e o compromisso epistêmico que o sujeito mantém com suas crenças e pensamentos muitas vezes se sobrepõem à ausência pontual de alguma competência. Como escreve Timothy Williamson (2000, pp. 93-113), não há luminosidade em nossa própria mente e muitos dos nossos estados mentais, como nossas crenças, podem estar escondidos de nós; a rigor, quase tudo que é cognitivamente relevante para nós pode não ser luminoso.

Referências Bibliográficas

- Boghossian, P. A. (1989). "Content and self-knowledge". In: P. Ludlow e N. Martin (eds.). *Externalism and Self-Knowledge*. Stanford : CSLI Publications, pp. 149-173.
- Brown, Jessica (2000). "Critical Reasoning, Understanding and Self-Knowledge". In: *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. LXI, N. 3, pp. 659-676.
- Brueckner, Anthony (1990). "Scepticism about Knowledge of Content". In: *Mind*, Vol. 99, N. 395, pp. 447-451.
- Brueckner, Anthony (1994). "Knowledge of Content and Knowledge of the World". In: *Philosophical Review*, Vol. 103, N. 2, pp. 327-343.
- Brueckner, Anthony (2000). "Ambiguity and Knowledge of Content". In: *Analysis*, 60.3, pp. 257-260.
- Burge, Tyler (1977). "Belief *De Re*". In: *Foundations of Mind*. Oxford : Oxford University Press, 2007, pp. 44-64.
- Burge, Tyler (1979). "Individualism and the Mental". In: *Foundations of Mind*. Oxford : Oxford University Press, 2007, pp. 100-150.
- Burge, Tyler (1980). "The Content of Propositional Attitudes". In: *Noûs*, n. 14, pp. 53-58.
- Burge, Tyler (1982a). "Other Bodies". In: Woodfield, Andrew (ed.). *Thought and Object: Essays on Intentionality*. Oxford : Clarendon Press, pp. 97-120.
- Burge, Tyler (1982b). "Two Thought Experiments Reviewed". In: *Notre Dame Journal of Formal Logic*, Vol. 23, n. 3, pp. 284-293.
- Burge, Tyler (1984). "Frege on Extension of Concepts, from 1884 to 1903". In: *Truth, Thought, Reason: Essays on Frege*. Oxford : Oxford University Press, 2005, pp. 273-298.
- Burge, Tyler (1986). "Intellectual Norms and Foundations of Mind". In: *Foundations of Mind*. Oxford : Oxford University Press, 2007, pp. 254-74.
- Burge, Tyler (1990). "Frege on Sense and Linguistic Meaning". In: *Truth, Thought, Reason: Essays on Frege*. Oxford : Oxford University Press, 2005, pp. 242-269.
- Burge, Tyler (1992). "Philosophy of Mind: 1950-2000" (addenda 2005). In: *Foundations of Mind*. Oxford : Oxford University Press, 2007, pp. 440-646.
- Burge, Tyler (1993). "Content Preservation". In: *The Philosophical Review*, Vol. 102, n. 4, pp. 457-488.
- Burge, Tyler (2005). "Introduction". In: *Truth, Thought, Reason: Essays on Frege*. Oxford : Oxford University Press, pp. 1-68.
- Burge, Tyler (2007a). "Introduction". In: *Foundations of Mind*. Oxford : Oxford University Press, 2007, pp. 1-31.
- Burge, Tyler (2007b). "Postscript to 'Belief *De Re*'". In: *Foundations of Mind*. Oxford : Oxford University Press, 2007, pp. 65-81.
- Burge, Tyler (2007c). "Postscript to 'Individualism and the Mental'". In: *Foundations of Mind*. Oxford : Oxford University Press, 2007, pp. 151-181.
- Burge, Tyler (2010). *Origins of Objectivity*. Oxford : Oxford University Press.
- Butler, Keith (1997). "Externalism, Internalism, and Knowledge of Content". In: *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. LVII, N. 4, pp. 773-793.
- Davidson, Donald (1973). "Radical Interpretation". In: *Inquiries into Truth and Interpretation*. Second Edition. Oxford : Clarendon Press, 2001, pp. 125-139

- Davidson, Donald (1987). "Knowing One's Own Mind". In: *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford : Oxford University Press, 2001, pp. 15-38.
- Davidson, Donald (1990). "Epistemology Externalized". In: *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford : Oxford University Press, 2001, pp. 193-204.
- Descartes, René (2007). *Regras para a Orientação do Espírito*. São Paulo : Martins Fontes, 2007.
- Elugardo, Reinaldo (1993). "Burge on Content". In: *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. LIII, N. 2, pp. 367-384.
- Faria, Paulo (2009). "Unsafe reasoning: a survey". In: *Dois Pontos*, vol. 6, n. 2, pp. 185-201.
- Faria, Paulo (2010). "Anti-individualismo e autoconhecimento: uma exposição elementar". In: Waldomiro Silva Filho (org.), *Mente, Linguagem e Mundo*. São Paulo : Alameda, pp. .
- Gibbons, John (1996). "Externalism and Knowledge of Content". In: *Philosophical Review*, No. 105, pp. 287-310.
- Goldberg, Sanford (1999). "The Relevance of Discriminatory Knowledge of Content", In: *Pacific Philosophical Quarterly*, 80, pp. 136-156.
- Goldberg, Sanford (2003a). "Anti-individualism, conceptual Omniscience, and Skepticism". In: *Philosophical Studies*, n. 116, pp. 53-78.
- Goldberg, Sanford (2003b). "What do You Know when You Know your own Thoughts?" In: Nuccetelli, S. (ed.). *Semantic Externalism and Self-knowledge*. Cambridge, Mass. : MIT Press, pp. 241-256.
- Larkin, William S. (2002). "Content Skepticism". In: *Southwest Philosophy Review*, Vol. 18, N. 1, pp. 79-98.
- Nordby, Halvor (2005). "Davidson on Social Externalism". In: *Pacific Philosophical Quarterly*, No. 86, pp. 88-94.
- Sawyer, Sarah (2003). "Conceptual Errors and Social Externalism". In: *The Philosophical Quarterly*, vol. 53, n. 211, pp.265-273.
- Silva Filho, W. J. (2011). "Transparência, Reflexão e Vicissitude". In: *Kriterion*, n. 123, pp. 213-36.
- Silva Filho, W. J. (org.) (2010). *Mente, Linguagem e Mundo: O Significado do Anti-individualismo e o Autoconhecimento*. São Paulo: Alameda Editorial.
- Sorensen, Roy A. (1998) "Logical Luck". In: *The Philosophical Quarterly*, n. 48, pp. 319-334.
- Wikforss, Åsa M. (2001). "Social Externalism and Conceptual Errors". In: *Philosophical Quarterly*, No. 51, pp. 217-31.
- Wikforss, Åsa M. (2004). "Externalism and Incomplete Understanding". In: *Philosophical Quarterly*, Vol. 54, n. 215, pp. 287-294.
- Wikforss, Åsa M. (2006). "Content Externalism and Fregean Sense". In: Marvan, T. (ed.). *What Determines Content? The Internalism/Externalism Dispute*. Cambridge : Scholars Press, pp. 163-79.
- Wikforss, Åsa M. (2008a). "Self-knowledge and Knowledge of Content". In: *Canadian Journal of Philosophy*, Vol. 38, No. 3 (September), pp. 399-424.
- Wikforss, Åsa M. (2008b). "Semantic Externalism and Psychological Externalism". In: *Philosophy Compass*, 3/1, pp. 158-81.
- Williamson, Timothy (2000). *Knowledge and Its Limits*. Oxford : Oxford University Press.